

THE NOTION OF QUALITY IN THE CONTEXT OF SPECIAL EDUCATION

Andressa Ferreira Coutinho

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) e é mestranda em Educação da 36^a turma de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG). Atualmente, trabalha como profissional de apoio na Rede Estadual de Goiás.

ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2433-0293 Lattes: http://lattes.cnpq.br/6279881864116355 E-mail: andressacouttinhoo@gmail.com

Marilza Vanessa Rosa Suanno

Professora da Universidade Federal de Goiás - UFG. Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2015).

Doutorado sanduíche realizado na Universidade de Barcelona (2011/2012). Mestre em Educação pela Pontifícia
Universidade Católica de Goiás (2006). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1994). Membro do
Grupo de Pesquisa ECOTRANSD - Ecologia dos Saberes e Transdisciplinaridade (UCB) coordenado pela Dra. Maria
Cândida Moraes. Membro do Grupo de Pesquisa em Rede Internacional Investigando Escolas Criativas e Inovadoras (UFT)
coordenado pela Dra. Maria José de Pinho e pelo Dr. João Henrique Suanno. Membro da Rede Internacional de Ecologia dos
Saberes: uma comunidade de conhecimento para uma nova consciência - RIES (Coord. UCB/Brasil e UB/Espanha) e da
Rede Internacional de Escolas Criativas: construindo a escola do século XXI - RIEC (Coord. UB/Espanha e Unibave/Brasil).
Membro do Núcleo de Formação de Professores da Faculdade de Educação (UFG) coordenado pela Dra. Valdeniza Maria
Lopes da Barra e Dra. Dalva Eterna Gonçalves Rosa.

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5892-1484
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7736117519324293
E-mail: marilza_suanno@ufg.br

Resumo:

Este artigo tem como finalidade principal versar sobre como é mensurado e compreendido o aspecto da qualidade no contexto da educação especial, por meio de uma revisão bibliográfica dos autores selecionados. O estudo foi organizado e dividido em duas seções principais, na primeira, por meio de autores como Brooke (2012), Gajardo (2012), Gusmão (2013) e Libâneo (2018), busca-se apreender como a qualidade é entendida e inserida no contexto educacional. Em seguida, na segunda seção, as discussões sobre a qualidade da educação serão aprofundadas com um afunilamento do enfoque, ao serem mencionadas sob o viés da educação especial. Por ser um tema relativamente novo e sem muitos estudos promovidos na área, esse tópico da qualidade da educação especial tem como principal referencial os autores Maisto et al. (2021). Como conclusão, é indicado e incentivado a promoção de estudos e pesquisas sobre essa temática.

Palavras-chave: Qualidade da Educação. Qualidade da Educação Especial. Revisão de Literatura.

ABSTRACT

This article has as main purpose to deal with how is measured and understood the aspect of quality in the context of special education, through a literature review of the selected authors. Therefore, this text was organized and divided into two main sections, in which in the first section, through authors such as Brooke (2012), Gajardo (2012), Gusmão (2013) and Libâneo (2018), it will be sought to learn about how quality is understood and inserted in the educational context. Then, in the second and last section, these discussions on the quality of education will be continued, but with a narrowing of the focus, to be mentioned under the bias of special education. Because it is a relatively new topic and without many studies promoted in the area, this topic of the quality of special education has as its main reference the authors Maisto et al. (2021). As a conclusion, it is indicated and encouraged the promotion of studies and research on this subject.

Keywords: Quality of Education. Quality of Special Education. Literature Review.

INTRODUÇÃO

A questão da qualidade da educação começou a ser ponderada, no contexto educacional brasileiro, em meados da década de 1990, com as reformas educacionais implementadas na época. Foi em meio a isso que a educação deixou de ser percebida apenas como um direito social dos cidadãos, e conforme refletido nas reformas educacionais propostas na época, passou a ser considerada o aspecto da qualidade da educação, principalmente pelos governos, como "[...] um ingrediente necessário à modernização e ao desenvolvimento" (Brooke, 2012, p. 327).

Portanto, tendo em conta esse contexto de reformas educacionais que foram implementadas na educação brasileira a partir da década de 1990, e levando em consideração que esse texto busca trazer uma discussão sobre a qualidade da educação especial, por meio, de uma metodologia de revisão de literatura, será inicialmente feito um apanhado sobre discussões que abordam o aspecto da qualidade da educação e, de forma rápida, a contribuição e a relevância das reformas educacionais nesse quesito.

Em seguida, as discussões serão aprofundadas e discutidas no viés da educação especial e portanto, será buscado compreender como as reformas educacionais influenciaram — de forma direta ou indireta — as próprias orientações que regem a educação especial. Além disso, será buscado entender especificamente sobre como o aspecto da qualidade é compreendido e avaliado no contexto específico que permeia e caracteriza a educação especial.

Uma breve contextualização sobre a noção de qualidade na educação

Para abordar sobre a concepção de qualidade na educação ou buscar averiguar sobre a definição e compreensão da qualidade da educação, é preciso — antes de tudo — pontuar e esclarecer que o conceito de qualidade vinculado ao contexto educacional, não somente é uma acepção muito complexa e profunda de ser delimitada e explicitada, mais também um tópico que possui muitas vertentes, possibilidades e particularidades.

Contudo, apesar de sua complexidade e pluralidade, alguns marcos históricos podem ser definidos quando o foco consiste em compreender em que momento a educação começou a considerar a qualidade como uma característica essencial para a sua organização e estruturação. A noção da qualidade da educação e sua relevância para a própria Educação, foi uma construção que começou a ter pertinência nos debates relacionados à educação em meados das décadas de 1980 e 1990 (especialmente na América Latina), por meio das ondas de reformas educacionais que ocorreram em diversos países ao redor do mundo.

Inicialmente, uma das medidas adotadas para poder definir a qualidade educacional nos sistemas educacionais dos países logo após essas reformas, consistiu na implementação de novos sistemas de avaliação padronizados que buscavam revelar e alcançar uma uniformidade das propostas educacionais, como o SAEB no contexto brasileiro e o PISA no contexto mundial. Com o objetivo de levar a educação no topo da agenda internacional, grandes encontros internacionais foram organizados com esse intuito. Vale aqui ressaltar a Conferência Mundial sobre Educação realizada pela UNESCO, no princípio da década de 1990, em Jomtien, na Tailândia, que ao reunir delegados de 155 países buscou estabelecer diretrizes para proporcionar uma transformação nos sistemas educacionais (Brooke, 2012).

Nessa conferência foi adotada a Declaração Mundial da Educação para Todos (*Education for All — EFA*) e "[...] que estabelece a educação como um direito humano fundamental e define como obrigação de todo sistema satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem de toda a sua população" (Brooke, 2012, p. 326). Além disso, com essa declaração, foram tomadas decisões que deram ênfase nos resultados da aprendizagem e incentivaram a criação de ambientes voltados para a aprendizagem, além de outras decisões que priorizaram as questões de equidade e o estabelecimento da educação como um instrumento de desenvolvimento social e econômico (Brooke, 2012).

E foi por meio desse consenso que muitos bancos internacionais sentiram-se motivados pelas incontáveis demandas dos países em desenvolvimento a financiarem essas reformas educacionais na maioria desses países. Inspirado, o Banco Mundial,

[...] adotou as declarações de Jomtien e moldou uma série de estratégias consideradas eficazes na realização desses objetivos, incluindo o fortalecimento da autonomia das escolas e a criação de sistemas de avaliação de aprendizagem (Brooke, 2012, p. 326).

Portanto, é válido dizer que essa onda de reformas educacionais e o consenso político sobre a realização dessas reformas consiste como uma referência a essa nova ordem econômica mundial. As mudanças e organizações econômicas globais não só influenciaram essas reformas a acontecerem, como apropriaram-se delas ao incentivar e financiar o seu acontecimento. Sendo assim, com essa mudança da perspectiva educacional, alguns autores como Gajardo (2000 *apud* Brooke, 2012), evidenciou a ideia de que "[...] a reforma educacional fazia parte de uma estratégia econômica para alavancar a competitividade" (Brooke, 2012, p. 327).

E foi mediante a esses acontecimentos, "nas entrelinhas, que percebe-se a ideia de que os governos começavam a reconhecer a relevância de melhorar a qualidade da educação, pela sua conexão com a produtividade individual e a competitividade internacional" (Brooke, 2012, p. 327). A educação, então, deixa de ser entendida somente como um direito social e em decorrência dessas reformas educacionais, a qualidade passa a ser percebida e considerada pelos governos como um aspecto imprescindível para a modernização produtiva e o desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, o discurso atual sobre as reformas educacionais, foi construído e baseado nos elementos acordados e nas recomendações internacionais sobre estratégias e prioridades para que ocorra essa modernização do ensino e da educação (Gajardo, 2000). E é nessas propostas e nos objetivos dessas reformas que

[...] incluem-se os conceitos de qualidade (melhores resultados em termos de aprendizado escolar, trabalho produtivo e atitudes sociais); eficiência (melhor uso dos recursos e busca de novas opções financeiras) e equidade (participação e atenção prioritária aos grupos excluídos) (Alvarez; Casares, 1997, *apud* Gajardo, 2000, p. 334).

Em meio a essa influência de ideais econômicos na educação, é possível perceber, inclusive, a presença de fundamentos e teorias neoliberais nas políticas educacionais de certos países, o que já foi pontuado por alguns autores. Sendo assim, é válido ressaltar que a perspectiva que o neoliberalismo tem sobre qualidade — no qual reflete os princípios de eficiência —, por muitas vezes, é passado e aplicado no contexto educacional. E é nesse

modelo neoliberal que as "[...] as finalidades educativas escolares surgem subordinadas a formas de governabilidade sustentadas pelo mercado" (Libâneo, 2018, p. 47).

Portanto, é viável fazer essa correlação de que tanto as finalidades educativas, quanto os critérios de qualidade são orientados e conceitualizados com base no modelo de racionalidade econômica, e que, como consequência, acabam por influenciar e determinar diretamente — ou indiretamente — as políticas educacionais, o currículo, a legislação educacional, como outros demais documentos, diretrizes e concepções que buscam organizar e orientar a educação.

Dessa forma, por meio das discussões feitas por Libâneo, pode-se apreender que,

[...] a definição de qualidade de educação implica pressupostos filosóficos, ideológicos e políticos dos quais resultam critérios de qualidade que, por sua vez, orientam políticas educacionais e orientações curriculares [...] (Libâneo, 2018, p. 49).

Logo, é compreensível que os critérios da qualidade não são neutros nem objetivos. E novamente é possível notar como o tema da qualidade da educação e sua conceitualização é um processo difuso, repleto de facetas e polissêmico.

É com isso em mente que Libâneo busca compreender em um dos capítulos de sua obra sobre Políticas Educacionais ao questionar sobre os sentidos da qualidade da educação. Para o autor, a compreensão sobre o conceito de qualidade da educação e o seu viés de melhoria, só é passível de ocorrer quando, primeiramente, for elucidado sobre a concepção de finalidades educativas. Para Libâneo, a

[...] qualidade de educação implica, portanto, juízos de valor concernentes ao tipo de educação desejado para formar um ideal de pessoa e de sociedade. [...] Em síntese, critérios de qualidade de educação decorrem de enunciados sobre finalidades educativas da escola (2018, p. 50).

Por isso Libâneo, após levar em consideração todo esse contexto político e educacional que caracteriza as reformas educacionais, pontua as principais fontes balizadoras dos critérios de qualidade do ensino e da educação no contexto brasileiro atual, ao sugerir sobre a existência de três posicionamentos em destaque sobre as propostas curriculares, que são: "[...] o currículo instrumental, o currículo sociológico/intercultural de atenção à diversidade sociocultural e o currículo de formação cultural e científica articulado com a diversidade sociocultural" (Libâneo, 2018, p. 54).

Cada uma dessas propostas curriculares traz uma concepção baseada em uma perspectiva diferente sobre a escola. De forma resumida, a primeira proposta é voltada à escola que tem como foco preparar o educando — de forma imediata —, para o mercado de trabalho. A avaliação, nesse viés, consiste como uma maneira para determinar a aprendizagem dos educandos, por intermédio, da aplicação de testes elaborados externamente.

Já a segunda proposta busca "[...] a compreensão da cultura como critério de análise de realidades políticas, sociais, educacionais, a partir da qual se trabalha com temas como diferença, diversidade sociocultural, identidade, multiculturalismo, entre outros." (LIBÂNEO, 2018, p. 54-55). E a terceira proposta curricular pressupõe e percebe a escola como uma das instâncias e instituições mais relevantes para a democratização da sociedade e da promoção da inclusão social, além de defender um currículo que baseia-se na formação cultural e científica correlacionada com as práticas socioculturais (Libâneo, 2018).

Contudo, no decorrer do texto, o autor assinala como um contraponto às reformas educacionais de cunho economicista e ao projeto neoliberal, como um destaque no campo educacional, "[...] uma perspectiva de qualidade de educação centrada no desenvolvimento humano para uma sociedade justa e democrática" (Libâneo, 2018, p. 57). Segundo o autor, essa perspectiva é amparada nos princípios da teoria histórico-cultural que define a educação escolar como um "[...] lugar de apropriação dos conceitos científicos pelos estudantes enquanto meios instrucionais para promover o desenvolvimento intelectual e a formação global da personalidade" (Libâneo, 2018, p. 57). No mais, o autor menciona que a qualidade da educação percebida nessa perspectiva histórico-cultural tem sido não só um objeto de estudos e pesquisas de muitos pesquisadores, como também, situações de tentativas de aplicála no ambiente escolar e na sala de aula por parte dos professores.

Em suma, para Libâneo, uma instituição escolar pode ser considerada com qualidade educativa na medida em que, "[...] assegura as condições para que todos os alunos se apropriem dos saberes produzido historicamente e, por meio deles, alcancem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral" (Libâneo, 2018, p. 78). Ou seja: uma escola justa que disponibiliza e assegura o acesso do educando a todos os conteúdos culturais e científicos, com o objetivo de promover e ampliar o desenvolvimento intelectual, social, afetivo e afins desse aluno. Pois, para Libâneo, a qualidade da educação é manifestada e propagada quando esses aspectos em voga são levados em consideração.

No mais, outra autora que também buscou entender sobre a conceitualização da qualidade no contexto educacional foi Gusmão (2013), que escreveu um artigo sobre as

principais abordagens da literatura que ela identificou acerca do tema da qualidade da educação. Ao buscar delimitar as características da noção de qualidade da educação, a autora menciona que "o uso da palavra qualidade no contexto educacional remete diretamente aos fins da educação. No sentido absoluto, uma educação de qualidade seria, portanto, uma educação que cumpre com os seus objetivos" (Gusmão, 2013, p. 301).

Portanto, abordar o tema da qualidade da educação suscita em atribuir juízos de valor a aspectos ou resultados do processo educativo, além dos objetivos educacionais (Gusmão, 2013). E é com isso em mente que é ressaltado, por Gusmão, que a noção de qualidade tem, dessa forma, "[...] um caráter polissêmico, não se traduz em termos essenciais ou absoluto e não encerra um conceito neutro" (Gusmão, 2013, p. 302).

Em seguida, a autora prossegue nessa busca de entender sobre as diversas perspectivas que a noção de qualidade tem, mas nesse caso, considerando essa noção por meio da literatura educacional e suas abordagens. Gusmão inicia abordando e ressaltando alguns momentos históricos importantes no qual a qualidade foi vinculada e correlacionada com o contexto educacional. Por ser um debate multifacetado e difícil de ser sintetizado e compreendido na íntegra, a autora ressalva: "[...] a criação de parâmetros que permitam julgar a qualidade da educação é uma tarefa complexa" (Gusmão, 2013, p. 307).

Dessa forma, a autora segue trazendo alguns autores que incutem diversas perspectivas sobre a definição da qualidade da educação, sendo algumas delas: a compreensão da qualidade da educação a partir das oportunidades educacionais, do caráter público da educação, do desempenho escolar e a qualidade vista a partir dos resultados dos estudantes em testes de larga escala, por exemplo. E é com esse objetivo de avaliar a qualidade da educação no qual muitos países ao redor do mundo passaram a desenvolver sistemas que buscavam mensurar esse aspecto educacional.

No contexto internacional, a OCDE, em 1997, criou o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), enquanto em um cenário nacional, o Brasil introduziu, em 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil também, posteriormente. Mas qual seria então o real objetivo desses testes aplicados em larga escala? Silva (2008 *apud* Gusmão, 2013, p. 310), observa que "[...] o pretenso caráter objetivo dos testes em larga escala é um fator que corrobora sua ampla aceitação como medida adequada da qualidade". Essa demanda crescente por avaliações da qualidade da educação, consiste na ideia difundida de que essa seria a solução mais adequada para resolver os problemas que acabam sendo evidenciados pelos testes, passando a impressão de ser o método mais adequado para melhorar a qualidade do sistema educacional.

Além dessa perspectiva, a qualidade da educação também pode ser vista sob um viés mais neoliberal, no qual questões como eficiência e produtividade são pontos de destaque, ainda mais ao serem relacionadas com o tema da qualidade. Outros termos e conceitos que são trazidos pela autora e que também são vinculadas com a temática da qualidade são: a equidade/iniquidade, além das noções de igualdade/desigualdade e diversidade/homogeneidade, por exemplo. Muitas das relações desses termos com a qualidade são abordados e tratados como assuntos polêmicos ou até mesmo inconciliáveis, tanto no Brasil quanto em outros países.

Gusmão teve, como principal objetivo, trazer cinco enfoques e recortes principais para a construção da noção de qualidade da educação, com o primeiro sendo a noção de qualidade vinculada ao processo de expansão da escolarização; o segundo focando na qualidade percebida como uma consequência dos resultados dos testes aplicados em larga escala; o terceiro é a qualidade sob um viés economicista; o quarto recorte propõe a examinação da qualidade à luz de questões que envolvem diversidade, identidades, pluralidades culturais e diferenças; e por fim, o quinto e último recorte consiste na discussão da temática da qualidade como o próprio modelo de educação vigente, e portanto, "[...] sendo necessário, mais do que melhorar, reestruturar e transformar a educação" (Gusmão, 2013, p. 319).

Por fim, a autora conclui salientando o seguinte:

Pode-se afirmar que todos relacionam a noção de qualidade da educação a um direito a ser desfrutado por todos, implicando extinção de privilégios. Universalização do acesso à escola, igualdade de resultados nos resultados das provas padronizadas, oposição a uma visão mercantil e dualizadora da qualidade, introdução do contraponto das diversidades, transformação do modelo de educação; tudo se funda no valor de diminuição massiva da desigualdade, ainda que com enfoques diferentes (Gusmão, 2013, p. 319).

Levando em consideração as discussões feitas até então sobre a conceitualização de qualidade no contexto educacional, o próximo tópico continuará a abordar a qualidade da educação, mas em um contexto educacional mais específico: a educação especial. Por isso, fica aqui o seguinte questionamento: Como a qualidade da educação é percebida e abordada no contexto da educação especial?

A noção da qualidade da educação no contexto da educação especial

Para iniciar as discussões acerca da qualidade no contexto da educação especial, os autores Maisto *et al.* (2021) publicaram um artigo cujo objetivo é entender e identificar os

indicadores de qualidade no contexto da educação especial, no qual, enquanto ferramentas essenciais, buscam analisar, medir, aprimorar e acompanhar o atendimento oferecido aos educandos da educação especial (Maisto *et al.*, 2021).

Os autores compreendem que os indicadores educacionais servem para avaliar

[...] os serviços que são ofertados por instituições de ensino, atribuindo um valor para a qualidade. [...] Os indicadores de qualidade educacional fornecem ferramentas para que os sistemas de ensino possam monitorar seu próprio desenvolvimento. E no que se refere à educação inclusiva, esses indicadores auxiliam na identificação de áreas-chave onde mais o trabalho precisa ser melhorado [...] (Maisto *et al.*, 2021, p. 4).

Contudo, da mesma forma que avaliar a qualidade no contexto educacional regular é algo bem complicado, avaliar a qualidade no contexto da educação especial também tem suas particularidades e complexidades. Os autores, ao citarem Gusmão (2013 *apud* MAISTO et al., 2021, p. 4), definem que o ato de ter qualidade, no contexto educacional brasileiro,

[...] significa cumprir com os objetivos estabelecidos. Aspectos educacionais analisados podem ser positivos, quando apresentam adequação da prática com seus objetivos; ou negativos, quando sua finalidade é vista como inadequada (Gusmão, (2013 *apud* Maisto et al., 2021, p. 4).

Além disso, outro ponto interessante mencionado pelos autores, é sobre a presença da temática da qualidade da educação na Constituição Federal de 1988. A qualidade, compreendida pela Constituição, consiste um direito constitutivo à educação, ao integrar os princípios da educação nacional. E essa perspectiva pode ser encontrada especialmente no Art. 208.

Dessa forma, levando isso em consideração, pode-se denotar que, no Brasil, a qualidade da educação

[...] tem relação com as condições para o acesso das pessoas à educação, buscando equitativamente ofertar educação ao estudante, em prol de construir uma sociedade mais igualitária e desenvolvida, onde sejam reduzidas todas as formas de desigualdade e preconceito (Maisto *et al.*, 2021, p. 5).

E com uma perspectiva similar, a Convenção da ONU¹, ao discutir sobre o direito das pessoas com deficiência em 2006, trouxe pautas importantes e necessárias que abarcam sobre

-

¹ Referente à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que foi adotada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2006, em reunião da Assembleia Geral para comemorar o Dia Internacional dos Direitos

a realidade dessas pessoas, com questões acerca dos direitos sociais e integração à sociedade, além de outros quesitos que envolvem a defesa e a garantia de uma vida digna para as pessoas com deficiência (Maisto *et al.*, 2021). Uma grande questão pontuada nesta Convenção é referente a acessibilidade; e sobre como a sua falta/ausência, ocasiona, no fim, a discriminação.

Portanto, é possível afirmar que a acessibilidade é a garantia de acesso. E que, no contexto da educação "[,,,] dar acesso aos estudantes, de maneira que todos possam participar, ou seja, equitativamente, experienciar e aprender juntos, significa incluir. Por isso, defende-se que a qualidade educacional se relaciona com a oferta de educação inclusiva" (Maisto *et al.*, 2021, p. 5)

Apesar de a educação inclusiva e a educação especial serem, muitas vezes, compreendidas como termos que possuem definições similares e tratados como sinônimos em muitos casos, de fato, o que ambas têm em comum é a luta e a garantia pela oferta educacional de um grupo específico e delimitado de pessoas.

Ainda que a educação inclusiva, inicialmente, tenha sido um termo e conceito que buscava focar na inclusão de educandos com deficiência, atualmente, a educação inclusiva vai muito além disso, e refere-se também "[...] a sistemas, processos e práticas educacionais, que não se concentram apenas na inclusão de crianças com deficiência, mas também na inclusão de grupos comumente excluídos" (Sharma *et al.*, *apud* Maisto *et al.*, 2021, p. 6)

No entanto, mesmo que a gama de interpretações sobre os termos da educação especial e da educação inclusiva sejam muito amplas, o que pode-se afirmar é o seguinte: a educação especial está dentro e faz parte da educação inclusiva, sendo uma das modalidades da sua estruturação. Além disso, a forte relação entre ambos termos fundamenta-se sobre as questões de direitos das pessoas abrangidas, com a educação inclusiva indo muito além do âmbito educacional.

Portanto, o que seria então a inclusão no enfoque da educação especial? De acordo com os autores,

A inclusão com o enfoque da educação especial pode ser vista como uma tentativa de mover a ideia de educação para todos além daquele entendimento de que basta que todos os estudantes estejam integrados, ou seja, convivendo no mesmo ambiente pura e simplesmente; é necessário sim que compartilhem experiências educacionais com seus pares (Maisto *et al.*, 2021, p. 6).

Humanos. A Convenção foi criada com o intuito de promover, defender e garantir os direitos, as condições de vida e a dignidade das pessoas com deficiência.

Sobre as discussões que foram promovidas sobre a educação inclusiva e especial, com o foco no direito de uma educação para todos, para os autores, a Declaração de Salamanca, realizada pela UNESCO em 1994, fez uma nítida aproximação entre a educação especial e inclusiva e endossou sobre a ideia da educação inclusiva no ensino regular, sendo um dos documentos internacionais mais significativos que existem na área da educação especial, porque a educação é considerada como o meio mais eficiente para combater a discriminação e transformar a sociedade genuinamente inclusiva (Maisto *et al.*, 2021).

Considerando que o foco dos autores consistiu em identificar alguns componentes avaliativos e indicadores que buscam mensurar a qualidade da educação especial (levando em conta que os aspectos que permeiam a educação inclusiva também), os componentes encontrados pelos autores foram agrupados em 6 tópicos, que são: política; formação e treinamento profissional; o papel dos professores no ensino inclusivo; escolas, currículo e cultura escolar inclusiva; sistema educacional; e aluno (Maisto *et al.*, 2021). Em cada um desses grupos, foram encontrados indicadores que buscam averiguar essa qualidade no contexto educacional especial.

Apesar de não ser necessário, para este artigo em específico, a explicitação de cada um dos resultados obtidos pelos autores em cada um desses componentes, será feito uma breve síntese sobre o que — de tudo que encontrado e mencionado pelos autores — é relevante para esta seção em questão.

De forma geral, foi possível apreender sobre como as políticas de vários países influenciam as questões da qualidade de oferta aos educandos, ainda mais ao considerar que grande parte dessas políticas são elaboradas com esse objetivo em mente. De acordo os autores, a figura profissional do professor é enfocada em 2 componentes avaliativos: a formação e o treinamento profissional; e o papel dos professores no ensino inclusivo (Maisto *et al.*, 2021).

Conforme foi pontuado e concluído pelos autores, "esses componentes trazem como propósito sugestões de que há forte relação entre a formação dos professores e a qualidade do seu desempenho para a educação inclusiva." (Maisto *et al.*, 2021, p. 15). Nesses componentes, foram identificadas questões sobre como muitos professores não se sentem qualificados o suficiente para atuarem na área da educação inclusiva, ressaltando pontos como a ausência de uma boa qualificação e formação para essa prática. Além disso, foi destacado sobre como a postura profissional dos professores é um fator definitivo para o sucesso ou o fracasso da

educação inclusiva na escola. Os autores perceberam que ambos os componentes têm a figura do professor como um ponto em comum, trazendo discussões e reflexões acerca disso.

Em outro componente, os autores salientaram sobre a importância da comunidade escolar para o sucesso da educação inclusiva, além da implementação de práticas educacionais de inclusão dentro do próprio sistema educacional como uma condição necessária para a qualidade em um sistema educacional inclusivo. Por fim, também foi realçado sobre a relevância da postura do educando ao lidar com a cultura escolar, pois,

[...] quanto maior a expectativa e o envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, além do sentimento de pertencimento dos estudantes em suas escolas, maior a indicação de qualidade da educação inclusiva (Maisto *et al.*, 2021, p. 15).

Dessa forma, o foco dos autores consistiu em mostrar sobre a efetivação da qualidade no contexto da inclusão, tendo como base esses indicadores e componentes avaliativos e os teóricos que foram referenciados em cada um. E por terem identificado essa aproximação entre a educação inclusiva e a educação especial, foi versado, então, como uma conclusão das discussões feitas no decorrer do texto, sobre

[...] uma concepção de qualidade educacional que é direcionada para a educação inclusiva. De acordo com os resultados desta pesquisa, verifica-se que os componentes avaliativos e indicadores podem ser aplicados para a avaliação da educação especial no contexto da educação inclusiva (Maisto *et al.*, 2021, p. 15-16).

CONCLUSÃO

Apesar de breve, este texto teve como finalidade elucidar sobre a qualidade da educação tanto em um contexto mais abrangente, como o ensino regular, quanto em um contexto educacional mais específico: a educação especial (sob o viés de algumas características e aspectos da educação inclusiva).

Portanto, o texto foi organizado em dois tópicos principais, no qual na primeira seção buscou-se apreender — de forma sintetizada e mais concisa — sobre qual seria esse prisma da qualidade no contexto educacional. Em seguida, após considerar essas discussões sobre a qualidade da educação, o próximo tópico ainda continuaria nesse viés dos estudos e argumentações da qualidade da educação, mas com um afunilamento do contexto educacional: a educação especial.

Conforme já foi pontuado no decorrer do texto, abordar acerca da temática da qualidade educacional já é algo muito difícil de ser mencionado e mensurado em sua totalidade, ainda mais por ser uma temática muito abrangente, complexa e polissêmica. No entanto, com esse afunilamento da temática da qualidade da educação, e passando a ser destacado a temática da qualidade na conjuntura da educação especial, essa mensuração fica ainda mais complicada e multívoca de ser feita.

Portanto, não é possível definir e conceituar o que seria a qualidade da educação especial em uma única concepção com um viés específico. Para ser mensurado esse aspecto da qualidade, é preciso levar em conta todo o contexto econômico e político no qual esse sistema educacional está inserido. E por isso, ao entender que estudos e pesquisas feitos nessa temática da qualidade da educação especial são muito escassos e limitados, é indicado e incentivado que mais estudos sejam feitos e desenvolvidos ulteriormente.

Referências

BROOKE, Nigel. Seção 7: A reforma educacional no mundo globalizado. *In:* ______. **Marcos históricos na reforma da educação.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p. 325-332.

GAJARDO, Marcela. Reformas educativas na América Latina: balanço de uma década. *In:* BROOKE, Nigel. **Marcos históricos na reforma da educação.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. Leitura 1. p. 333-338.

GUSMÃO, Joana Buarque de. **A construção da noção de qualidade da educação.** *Ensaio:* Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 299-322, abr./jun. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000200007>. Acesso em: 26 out. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública:** uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. cap. 2. epub.

MAISTO, Ana Caroline Silva; KONRATH, Andrea Cristina; VICENZI, Silvana Ligia; FERENHOF, Hélio Aisenberg. **Componentes avaliativos para a qualidade da educação especial:** uma revisão sistemática. *SciELO Preprints*, 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.3016. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3016. Acesso em: 26 out. 2023.